

Ata da 10ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Aos vinte um dia do mês de novembro de 2018, às 14h20min, na sede do Ministério Público Estadual – MPE, em Palmas no Tocantins, o Procurador de Justiça e coordenador do Fórum, Dr. José Maria da Silva Júnior, deu início à décima Reunião Ordinária do Fórum com as boas vindas aos presentes. Lista de presença no anexo I. Posteriormente foi lida a pauta da reunião: 1 – aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do Fórum; 2 – informes da Coordenação; 3 – escolha dos relatores das Comissões Temáticas 1 e 3; 4 - apresentação sobre o IFTO, 23º integrante do Fórum; 5 – análise da minuta da Lei de Agrotóxicos do Estado do Tocantins; 6- avaliação da Audiência Pública do PL 6299/2002 – PL do Veneno; 7 – palavra livre e encerramento. Colocada em apreciação, a Ata da 9ª Reunião Ordinária foi aprovada à unanimidade pelo plenário. No segundo item de pauta, Informes da Coordenação, foi aprovada por unanimidade o pedido de inclusão da Associação Tocantinense dos Biólogos (Atobio) como a 24ª integrante do Fórum. O Coordenador do Fórum informou a todos os presentes sobre a criação de duas Promotorias Regionais Ambientais, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, no âmbito do Ministério Público Estadual, que atuará abrangendo várias comarcas na mesma regional, com 14 atribuições, dentre elas atuar no combate aos impactos dos agrotóxicos. Em um segundo momento, a Secretária Executiva informou quanto a atualização, no site do Ministério Público Estadual – MPTO, da página deste Fórum, contendo os últimos eventos/encontros realizados. Ainda com a palavra, a Secretária Executiva expõe ao Fórum o pedido da representante do MPT, Maria Nely Alves Bezerra, que estava ausente, para que seja feita nota de repúdio quanto a recente indicação de nomeação da futura ministra da Agricultura, Deputada Federal Tereza Cristina, que já se posicionou a favor da aprovação da PL do Veneno. Os presentes decidiram por não elaborar a referida nota para verificar junto ao Fórum Nacional qual será a melhor estratégia. Em seguida o representante da Adapec, Carlos Cesar Barbosa Lima, informou sobre a ausência de estrutura da Agência para atuar, o que acarreta problemas na efetividade da fiscalização no combate dos impactos dos Agrotóxicos. Ficou determinado, para a próxima reunião do Fórum, tratarem do assunto de forma mais específica, especialmente no que se refere à providência para construção de local adequado para armazenar agrotóxicos apreendidos, sucateamento do órgão e estruturação da fiscalização ligada ao tema. O Coordenador do Fórum solicitou que a Comissão 1 ajude na elaboração de projeto para a construção do local adequado de armazenamento do agrotóxico apreendido para verificar a possibilidade de destinar recursos de transação penal para esse fim. Ele solicitou também apresentar as demandas do Fórum aos titulares das Promotorias Regionais Ambientais para que possam trabalhar em conjunto, com o objetivo de reduzir os impactos dos agrotóxicos. No momento seguinte, a representante da Secretaria da Saúde -SES-TO, Gisele Akemi Carneiro, apresentou como convidada na 10ª Reunião Ordinária do Fórum a representante da comunidade indígena Javaé, Indinari dos Santos Javaé, que falou sobre a importância de monitorar o uso de agrotóxicos no entorno da Ilha do Bananal para evitar, principalmente a contaminação de peixes, principal produto da alimentação dos indígenas. Para finalizar os informes da Coordenação, ficou determinado solicitar suporte para os pesquisadores da UNESP na definição da distância necessária para aplicação de agrotóxicos com equipamentos terrestres, com vista a evitar contaminação das comunidades próximas. Além disso, o representante da Ses-TO, Sérgio Silva, ficou de repassar o arquivo PDF do livro “Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida”, de Flavia Londres,

53 da Articulação Nacional de Agroecologia e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental,
54 para dar suporte na definição da distância segura da aplicação terrestre de
55 agrotóxicos e as comunidades locais. No terceiro item de pauta, ficou determinado
56 o envio de comunicado oficial para que os membros da Comissão Temática 01
57 façam a escolha do relator, pois os representantes da Comissão não estavam
58 presentes à reunião. Foi definido também pelo plenário a inclusão do MPF como
59 convidado para a Comissão Temática 01. Na Comissão Temática 03, o MPTO
60 passará a ser convidado e não mais membro titular e haverá também a solicitação
61 para que a Comissão 03 escolha seu relator. As três Comissões também devem
62 adequar a quantidade de membros eleitos como titulares para ficar na quantidade
63 estipulada pelo regimento das comissões que é de no máximo cinco membros.
64 Caso não seja possível, fica proposto para a próxima reunião como pauta, a
65 discussão de aumento dos membros das comissões, de cinco para sete membros.
66 No quarto item de pauta, a representante do IFTO, Alice Rocha, fez apresentação
67 do Instituto, mostrando um breve histórico da instituição, quais Campus e onde
68 estão localizados no Estado, cursos ofertados, com ênfase naqueles voltados ao
69 Meio Ambiente. Foi informado também que o IFTO possui 36 grupos de pesquisas.
70 Além do que a professora apresentou as pesquisas em andamento e encerradas na
71 área de agrotóxicos. Ela verificará a possibilidade de disponibilização das pesquisas
72 para serem publicadas no site do Fórum. Alice Rocha também pediu suporte para a
73 estruturação do laboratório do IFTO para a pesquisa de agrotóxicos. Por fim,
74 informou sobre os trabalhos do IFTO na área, com ênfase em um atendimento de
75 chamado da comunidade do município de Cariri preocupada com a aplicação de
76 agrotóxicos em uma plantação de soja separada das residências por apenas uma
77 rua. Os moradores já reclamam de problemas de saúde em decorrência da
78 aplicação de veneno. Para encerrar, o Dr. José Maria questionou se há registro de
79 casos de contaminação por agrotóxicos nas unidades de saúde do município. O
80 que foi informado que os casos relatados pela comunidade não foram notificados
81 como contaminação por agrotóxico. Em decorrência dessa informação foi decidido
82 pela plenária do Fórum novo investimento em campanha para que o setor de saúde
83 faça as notificações desse tipo de problema. No quinto item de pauta ficou definido
84 que a minuta da Lei de Agrotóxicos do Estado do Tocantins retornará para a
85 Comissão 3 para a análise e depois será apresentada ao Fórum para deliberação
86 final. No sexto item da pauta foi avaliado que a Audiência Pública do PL 6299/2002
87 – PL do Veneno - foi realizada a contento, embora alguns tenham questionado qual
88 seria o resultado prático da Audiência Pública. Foi explicado que os dados foram
89 encaminhados para o Fórum Nacional e postados na página do Fórum na internet e
90 o resultado do Tocantins será somado aos dos demais estados brasileiros. No
91 sétimo item da pauta, palavra livre, o representante da Sendus divulgou o evento
92 Café com Prosa, no dia 3/12/2018, Dia Internacional de Combate ao Agrotóxico,
93 que terá o agrotóxico como tema. A representante da Associação Nativa defendeu
94 um acompanhamento melhor da produção dependente de agrotóxicos para que
95 respeitem a quarentena recomendada para a comercialização da produção. Nada
96 mais havendo a ser tratado, a 10ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 17h, cuja ATA
97 foi por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial especializada do
98 Ministério Público do Estado, redigida e assinada.